

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

Karen Aleksandra dos Santos Rodrigues

**NOS RETALHOS DA VIDA: a trilha de uma mulher negra na
PEDAGOGIA/UFRGS - ESTUDO DE CASO**

Porto Alegre
2. semestre
2020

Karen Aleksandra dos Santos Rodrigues

**NOS RETALHOS DA VIDA: a trilha de uma mulher negra na
PEDAGOGIA/UFRGS - ESTUDO DE CASO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof.
Paulo Peixoto de Albuquerque.

Porto Alegre
2. semestre
2020

CIP - Catalogação na Publicação

Rodrigues, Karen Alexandra dos Santos
NOS RETALHOS DA VIDA: a trilha de uma mulher negra
na PEDAGOGIA/UFRGS - ESTUDO DE CASO / Karen Alexandra
dos Santos Rodrigues. -- 2020.
47 f.
Orientador: Paulo Peixoto de Albuquerque.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Educação, Licenciatura em Pedagogia, Porto Alegre,
BR-RS, 2020.

1. Identidade. 2. Permanência e resistência. 3.
Políticas Públicas. 4. Negritude. 5. Universidade
Pública. I. Albuquerque, Paulo Peixoto de, orient.
II. Título.

“Tudo que é visível está ligado ao invisível,
O audível ao inaudível,
O tangível ao intangível:
O pensável talvez ao impensável.”
Novalis

“Como queria muito ser branca, ser como as
minhas amigas, até meus 10 anos não me
via no espelho, porque enxergar que eu não
era igual a elas...”
(eu antes de ser eu mesma).

“Se me obrigam fazer algo, posso lutar e
resistir. Mas se não há oponente que me
obrigue a fazer algo, então não pode haver
resistência”. Anônimo.

Resumo

O presente Trabalho de Conclusão de Curso visa contribuir para o diálogo da permanência e resistência na Universidade Pública na ótica da mulher negra. Este trabalho tem como objetivo analisar (por meio de retalhos) de memórias e recordações da trajetória escolar; e responder à questão: como a mulher negra permanece e resiste no ensino superior? A partir das memórias/fragmentos aqui exposto da infância ao início da vida adulta; as narrativas favorecem os processos de autoconhecimento, afirmação e representatividade. Para isso, o estudo com metodologia qualitativa e a análise de dados do IBGE e CAF-UFRGS e faz a interlocução teórica com as obras de GOMES (2003,2012 e 2017), SANSONE (2003) e HOOKS (2017). Este trabalho de conclusão não responde completamente, mas sugere (ou, indica, sinaliza ou...): que a identidade negra, a construção do sujeito social não se faz apenas nos espaços educativos formais, mas nos espaços públicos da política, nos movimentos sociais.

Palavras chaves: Identidade, negritude, Universidade Pública, políticas públicas, permanência e resistência.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - TABELA 4.7 - Taxa de ingresso por faixa etária ao ensino superior	17
Figura 2 - TABELA 4.10 - pessoas que frequentam instituições de ensino (público/privado)	18
Figura 3 - Tabela 28d 2015 - Taxa de conclusão do ensino superior, por sexo, segundo cor ou raça e as Grandes Regiões.	19
Figura 4 - Tabela 28d 2016 - Taxa de conclusão do ensino superior, por sexo, segundo cor ou raça e as Grandes Regiões.	20
Figura 5 - Chave analítica.	29

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Listagem dos trabalhos encontrados para análise.	25
Quadro II – Presença Mulher negra e universidade	30
Quadro III - Presença Mulher negra e resistência	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

ENEPe – Encontro Nacional de Estudantes de Pedagogia

FACED – Faculdade de Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituição de Ensino Superior

LUME - Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Sumário

Capítulo I - No pretexto das memórias o contexto para reflexão	9
Capítulo II – Do geral ao particular: o lugar da educação na construção do sujeito social.	14
2.1 Macro social (Estatísticas).	15
2.2 Macro social Institucional (Educação)	18
2.3. Macro Institucional: Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas – UFRGS.	21
Capítulo III - Na Metodologia à chave-analítica	24
3.1 Chave analítica	26
Capítulo IV – Do macro ao Micro: a trilha de uma mulher negra se apresenta.	30
4.1 Micro: singular e pessoal	33
Capítulo V - Considerações Finais	41
Referências	45

Capítulo I - No pretexto das memórias: o contexto para reflexão.

Este texto se abre a partir de um artifício lógico que relaciona a memória pessoal com seu contexto sociocultural. Nos traços-memórias constroem, não somente uma “emoção”, mas também significa que na elaboração de uma história individual pode-se, pelo processo de “comparação de experiências”, reconstruir contextos mais amplos que ajudam informar e talvez transformar a experiência.

O retrospecto de vida foi o artifício utilizado¹, não para fazer micro-história, mas para fazer a articulação entre a descrição, de um lado das minhas lembranças da infância/graduação e de outro, a identificação das materialidades sobre o lugar da mulher negra na educação que permitirão a análise das estratégias que favorecem (ou não) a permanência e resistência para propiciar a conclusão de estudantes negras e pardas do curso superior de Licenciatura em Pedagogia da UFRGS.

A articulação das propriedades/condições sociais objetivas durante o curso de pedagogia é o desafio que se apresenta, pois o fracasso ou êxito de uma/um acadêmica/o negra/o na universidade – formatura - parece ser um tipo de percepção que nem sempre permite compreender como ou de que modo se constrói uma dominação.

Há no cotidiano da universidade, das salas de aula situações que se aceita e se reconhece como “normais”, visto que são comportamentos docente/discente que asseguram no mundo social reconhecimento.

Assim, este trabalho realiza dois movimentos (que na verdade são objetivos): o primeiro, a busca de identificar as contradições e os conflitos existentes nas políticas sociais propostas à universidade pública e, o segundo, mostrar como as mulheres negras constroem suas lutas, resistências para estudar de modo a evidenciar a fragilidade das políticas de acesso e permanência à estudantes negras no curso de Licenciatura em Pedagogia.

O importante das reconstruções individuais (para o leitor e para quem analisa uma narrativa) está no fato delas atribuírem sentido ao texto e ao contexto permitindo situar na especificidade da história pessoal as condições de possibilidades materiais e sociais. Possibilidades aqui entendidas como um conjunto

¹ Segundo Triviños, não se pode fazer generalizações universais a partir de estudos de caso, mas, é possível estabelecer generalidades e estas podem dar sustentação e orientar outros estudos.

de modos de ser diferenciados e descontínuos, pelas questões de gênero, pelo lugar social e pela forma do discurso que dão aos mesmos conceitos significações diversas.

Parto do pressuposto que a narrativa individual permite construir uma temporalidade e ao mesmo tempo uma concepção de causalidade fundamental para compreender uma história social sem repudiar o fato de que no indivíduo, na pessoa se inscreve, como marca profunda, um modo de ser social.

Minhas recordações, das mais antigas às mais recentes, postulam uma coincidência e uma intencionalidade: não ignoram a pertença de classe ou gênero. Isto é importante e deve ficar bem evidente com os fragmentos que seguem:

Fragmento 1

Em uma festa de criança, por volta dos meus 5 anos, minha mãe fez o seguinte comentário para as outras mães:
— Esfreguei tanto ela hoje que chega a estar branca.

Esta recordação de infância me perseguiu por muito tempo, visto que por conta deste comentário, queria muito ser branca, ser como as minhas amigas, até meus 10 anos não me via no espelho, porque enxergar que eu não era igual a elas, me entristecia.

Por quê?

Porque ele deixa subsumido o conflito social que me fez cega à negritude e ao movimento negro, por conta de embaraços que ele provocava em uma criança; esse momento me afetou de tal modo que somente quando muda a composição familiar é que me (re)conheço negra. A minha identidade étnico-racial foi tardia pela minha conformidade com as situações proporcionadas por um contexto social de dominância e predomínio branco; as falas que ecoavam na minha cabeça durante a infância eram: “mas tu não és tão negra”.

Fragmento 2

A minha entrada na universidade era o sonho que meus pais tinham para mim. Em janeiro de 2015 saiu a lista de aprovados para a UFRGS naquele ano. Família feliz, pais orgulhosos e entusiasmados. A lista de documentos era extensa e continua sendo, para renda inferior que foi o meu caso. Ao buscar o meu

comprovante de conclusão do ensino médio, leio a minha classificação de raça e questiono a secretária da escola sobre “por que parda se sou negra?” E na tentativa de resolver o impasse citou o processo de miscigenação; justificou, mas não explicou; a partir daí continuou a confusão sobre meu pertencimento étnico-racial.

Fragmento 3

No segundo semestre de 2018 atuei como bolsista de um projeto de pesquisa (IC) na faculdade de educação, durante uma conversa fui questionada pela orientadora sobre a minha vida financeira familiar. Neste ano, residia com meu pai e minha madrasta, na residência não havia computador, nem internet por conta das condições de acesso e para entregar os trabalhos da faculdade, via Moodle caminhava 40 minutos até a casa da minha avó para utilizar o computador de um primo.

Após meu relato, minha orientadora me perguntou se a minha realidade era única e se eu já havia conversado com mais colegas negras do curso, no momento respondi que não sabia sobre a vida das demais colegas, pois não tínhamos conversas expondo as condições de vida.

Estes três fragmentos lembram, de início, que considerando a dependência de toda história individual percebe-se que o contexto social em que vivi esteve sempre marcado pela falta de representatividade negra durante a minha construção social, durante a infância e adolescência. Muito embora, Maria Elena Viana Souza diga que no processo de identificação das pessoas negras

As identidades culturais não são rígidas e nem imutáveis porque são sempre resultados transitórios de processos de identificação e em constante processo de transformação, "identidades" são, pois, identificações em curso. (SOUZA,2005, p. 90).

Percebi que a não familiaridade ou discussão com os temas da negritude modelaram minha percepção, a ponto de não sentir a necessidade de pensar negritude ou questionar atitudes, falas sobre a questão negra.

Entretanto, a inquietação e o descompasso do pensar sobre esta questão andaram comigo, principalmente a pergunta: por que os alunos negros estão sempre em desvantagem não só academicamente, mas também culturalmente?

Assim, para efeito de compreensão lógica da narrativa, aqui proposta, é preciso considerar o papel central das políticas públicas na educação², porque são elas que contextualizam historicamente a narrativa individual.

O acesso de negros (as), à expansão da universidade pública e do ensino superior no Brasil através das políticas públicas, em conjunto com as ações afirmativas raciais, tem ampliado o número de ofertas de vagas e colocar a inclusão de negros e pardos no ambiente acadêmico.³

O aumento de instituições de ensino superior pública sinaliza a possibilidade do aumento do acesso de negros nas faculdades brasileiras, embora a presença de negros no ensino superior, ainda seja pouco expressivo.

Uma outra realidade se apresenta para aquele segmento da população negra através de políticas educacionais que permitem o acesso à universidade pública. Neste sentido, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), assim como os direcionados à Educação a Distância (EAD) e do Programa Universidade Para Todos (Prouni), não faz parte do nosso recorte analítico fazer ou trazer a descrição destas políticas públicas, porque o foco da análise se dá no fato de como o ator social – mulheres negras – se inscrevem em um campo de práticas e de experiências suficientemente comuns e compartilhadas para explicitar um fazer que pressupõe, de certo modo, o passado que se perpetua no presente e assim o afeta, precisam ser considerados como instrumentos de inclusão social na educação.

Por sua vez, a ampliação de ofertas de vaga no Ensino Superior traz na sua dinâmica a questão da inclusão de negros e pardos como questão política.

² Não é nossa intenção discutir ou apresentar a Política Pública, mas as quotas na educação pública superior trazem uma noção de justiça social cuja amplitude incorpora, não só a distribuição socioeconômica (classe), mas o reconhecimento (status) do negro. No caso das cotas para a Educação Superior – a reserva de vagas étnico-raciais, socioeconômica e por origem escolar (escola pública) em Instituições de Ensino Superior, garante a mobilidade social para as camadas mais ricas da sociedade brasileira.

³ Este fato pode ser percebido nos trabalhos de DAFLON, JUNIOR E CAMPOS (2013) quando refletem sobre a expansão da educação superior no Brasil se acentuaram durante o governo do PT (Partido dos Trabalhadores). No ano de 2018 foi publicado no site do partido a seguinte matéria “Confira as universidades e institutos federais criados pelo PT”, e cita que entre 2003 e 2014 foram criadas 18 novas universidades federais e 173 campus universitários, praticamente duplicando o número de alunos.

Na política de Educação (superior ou não) a questão da NEGRITUDE, até então subsumida, se evidencia como tensão que não pode ficar reduzida à condição de ser socialmente útil a determinada lógica de sociabilidade ou de mercado.

A proposta analítica deste trabalho de conclusão de curso está centrada na seguinte hipótese:

A lógica da política pública, por mais significativa e justa que seja, traduz uma legislação culturalmente centrada na concessão das elites desconsiderando que as políticas de acesso promovidas pelos diferentes documentos (Reuni, EAD, Prouni, etc.) não são suficientes para a superação de um histórico de exclusão, principalmente das mulheres.

Por isso, vemos nos dias de hoje, a educação pública no governo Bolsonaro⁴ estar sendo agredida, seja pelos recortes no orçamento para a educação pública e em especial da Universidade Pública, seja no esvaziamento das políticas sociais voltadas para a educação pública, em especial, na universidade como as cotas, estão sempre sendo ameaçadas.

Todavia, a constatação não basta para dotar o momento vivido do estatuto de conhecimento verdadeiro, por isso, as trajetórias de vida podem trazer e atuar como contrapontos válidos para considerar discutíveis as notícias e de titulares da grande mídia que esvaziam a luta social em função da pós-verdade ou do fakenews midiáticos.

Entendo que o procedimento hermenêutico e fenomenológico proporcionado pelos fragmentos de memória e pelo conjunto de dados secundários permitem, apesar deles serem pequenos recortes, dar conta das tentações de assumir a história oficial e hegemônica branca que embaralha as histórias identitárias mostrando que há um universo social aceitável; basta ver hoje as reações contra as mulheres, independentemente de serem negras ou não, como os últimos acontecimentos do “violação dolosa⁵”

⁴ Convém destacar que no período analisado (2019/2020) a Educação Pública não tem no Ministério da Educação a ênfase tida nos governos pós redemocratização.

⁵ Uma sociedade que produz esse tipo de destruição da dignidade da pessoa; o caso de Mariana Ferrer que teve o acusado de estupro absolvido, a partir do argumento que o acusado não teria como saber que a jovem estava impossibilitada de consentir com o ato sexual. ZH página 12, 03.11.2020

Capítulo II – Do geral ao particular: o lugar da educação na construção do sujeito social.

Se as instituições educacionais são os principais agentes de transmissão de uma cultura dominante efetiva, então podemos dizer que a forma como passado e presente são determinados, significados, negligenciados e excluídos é o que vai determinar as práticas sociais.

Se isto é verdade, então é no espaço social da escola/universidade que se constroem conhecimentos, significados, práticas, valores, como também, os modos de pensar as problemáticas sociais que são capazes de permitir a constituição de cidadãos. Assim, dependendo do tipo de situações e vivências que forem proporcionadas àqueles que aprendem, estes formarão suas opiniões e posicionamentos.

Na Universidade e nas escolas, os modos de pensar resultam de experiências e vivências, nas quais aqueles que participam dela irão ao final de certo tempo, ir construindo seus conhecimentos ou reconstruindo explicações sobre uma realidade passada ou por devenir.

O que chamamos de sistema ou esquemas de conhecimento – cultura – por sua vez, não significa que a cultura proposta pela Universidade (ou escola) tenha sua origem nestes lugares, mas sim que nestes lugares se estabelece uma dinâmica social a partir de procedimentos homogêneos e adquiridos no seu interior.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a leitura de mundo proposta na Universidade/escola, estão direta ou indiretamente, relacionadas ao modo como nestes espaços educativos atuam no sentido de construir percepções de si como futuros profissionais e cidadãos.

Estou dizendo que um espaço educativo que ignora a existência da diferença cultural não está cumprindo o seu papel, pois ao tornar invisíveis essas diferenças, ela oprime e reforça comportamentos historicamente existentes na sociedade. Um profissional da educação, ao ignorar a existência de preconceitos, sejam eles velados ou declarados, reforça-os.

Na negação da identidade negra, há outras questões que estão muito além de uma autopercepção. Há que considerar-se a relação histórica, as relações de exclusão social das populações vulneráveis e frágeis socialmente, a dificuldade de acesso às mesmas oportunidades da população branca, como uma educação que discuta e valorize a historicidade da população negra.

A negritude, em si, é definida por um instável grupo de elementos sociais variáveis e mediados por discursos de diversas origens. SANSONE (2003) diz que a flutuação entre diferentes identidades, dependendo do contexto em questão, lazer, trabalho, família, etc, segundo HALL (2005) esta mobilidade identitária encontra reflexo em sua teoria sobre as identidades na pós-modernidade em que o sujeito assume identidades diferentes em momentos diferentes, o “eu” eternamente se desloca conforme a ocasião necessita.

Nos dias atuais, os indicadores sociais contribuem para que possamos visualizar mais precisamente essa discriminação. O Brasil (no ano 2000) possuía cerca de 191 milhões de habitantes, onde cerca de 97 milhões (51%) é caracterizado como população negra e desta, destaca-se 50 milhões (25%) que são mulheres negras.

É importante analisarmos que esse número vem crescendo comparado ao Censo realizado em 2000, sendo que, o percentual de pardos cresceu de 38,5% para 43,1% (82 milhões de pessoas) em 2010 e a de negros de 6,2% para 7,6% (15 milhões) no mesmo período. Outro aspecto a ser analisado diz respeito à taxa de analfabetismo que chega a 3 vezes mais que as mulheres brancas, além das mulheres negras serem as que menor expectativa de vida tem.

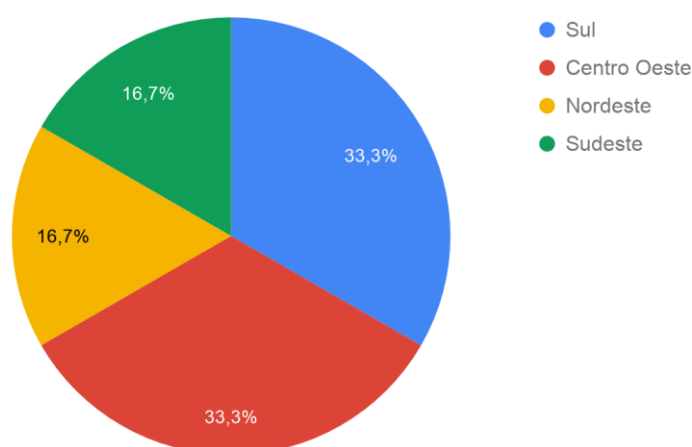
De cada quatro jovens negras, entre 15 e 24 anos, uma não estuda ou não trabalha, correspondendo a 25,3% dessa população. A taxa de mulheres negras que não trabalham ou não estudam é superior ao das mulheres em geral (23,1%), dos homens jovens (13,9%) e dos homens negros (18,8%). (Segundo a OIT, 2012).

No grupo de pessoas de 15 a 24 anos que estavam no nível superior 31,1% são brancas, 13,4% são pardos e 12,8% negras. Mesmo as mulheres negras tendo maior presença no ensino superior que os homens negros, elas acabam sofrendo mais com o desemprego do que eles. (DIEESE, 2007).

2.1 Macro Social (Estatísticas).

As informações (secundárias) são importantes, porque permitem a configuração do panorama sobre o lugar das mulheres negras. Os dados permitem identificar que a tomada de consciência, também se dá nas diferenciações sociais e que estas podem ser pensadas e produzidas em termos de distribuição desigual, das práticas sociais e culturais.

Gráfico 1 - Distribuição das pesquisas encontradas⁶ sobre mulheres negras por regiões do Brasil.



Fonte: Elaborado por Rodrigues, Karen Aleksandra dos Santos, 2020.

O gráfico acima na sua perspectiva macro nos mostra não apenas a diversidade das pesquisas sobre o tema nos estados brasileiros. A primeira observação a ser feita é que no país, duas são predominantes: centro oeste e sul o que sinaliza que estas são as duas áreas geopolíticas em que mais se operacionalizou as “Políticas da expansão da educação superior”, e que é nestas áreas do país que mais se ampliou as análises, produções e ações acadêmicas.

Tal situação deriva, necessariamente, do: (1) financiamento; (2) organização acadêmico-institucional e formação de professores; (3) acesso e permanência; (4) produção do conhecimento⁷. Mas o gráfico não dá possibilidade de responder à questão fundamental deste TCC – Como a mulher negra permanece e resiste no ensino superior?

No portal do IBGE os dados referentes à mulher negra no ensino superior, se encontram na aba *Estatística*: tema Sociais, sub aba População e Educação; por tema Multidomínio, sub aba Gênero. Na aba Educação, a única publicação de dados foi realizada em 1997, e contém as modalidades de ensino

⁶ Pesquisa realizada até a página 5 no Portal da Capes das palavras chaves

⁷ Zucchetti, Santos, Lemes e Mira (2018, p. 81) levantam também em seu artigo que as mesmas regiões citadas em meu estudo são as que concentram o maior número de Programas de Pós-Graduação tendo como característica a oferta de número expressivo de linhas de pesquisa.

(fundamental/médio/superior) nas subdivisões por faixas etárias e a separação por gênero (feminino e masculino) e nesta pesquisa não há a separação por raça.

Os dados apresentados encontram-se na aba População, na pesquisa intitulada “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”. O índice das tabelas apresenta pesquisas nas seguintes categorias: geral, trabalho, renda e moradia, educação, violência e representação política. Em educação apresenta-se o percentual do ingresso da população no ensino superior analisando-os por divisões de gênero e raça nos anos de 2016, 2017 e 2018. No entanto, será analisado e apresentado o ano de 2016.

No ano de 2016 foram realizadas duas pesquisas acerca de:

- taxa de ingresso por faixa etária ao ensino superior (tabela 4.7) e
- pessoas que frequentam instituições de ensino (público/privado), as duas pesquisas separam os dados em gênero e raça, rendimento percentual per capita (tabela 4.10), apresentada na página anterior.

As informações que seguem se referem às faixas etárias, tabela 4.7 (Figura 1), as idades para pesquisa vão de 18 a 45 anos, entre mulheres e homens, as mulheres possuem o maior percentual de ingresso e, entre brancos e negros ou pardos, brancos são superiores aos negros. Nesta pesquisa não fica evidente o percentual de mulheres negras, mas é possível supor os dados estatísticos para esta categoria. Ou seja, se entre homens e mulheres a porcentagem maior são de mulheres e se entre brancos e negros a maioria são brancos, logo o ingresso de mulheres negras ainda é inferior a mulheres brancas no ensino superior.

Figura 1:

Tabela 4.7 - Taxa de ingresso no ensino superior da população com ensino médio completo, por faixa de idade e cor ou raça, segundo rede do ensino médio concluído - 2016

Características selecionadas	Total								
	Total		Faixas de idade						
	Proporção	CV (%)	18 a 24 anos		25 a 44 anos		45 anos ou mais		
Total	43,3	0,9	42,1	1,1	43,5	1,0	44,1	1,1	
Homem	41,1	1,1	39,5	1,6	40,8	1,3	43,2	1,4	
Mulher	45,0	0,8	44,2	1,2	45,7	1,0	44,8	1,2	
Branca	50,9	0,9	50,6	1,4	51,9	1,1	50,2	1,2	
Preta ou parda	33,4	1,0	33,7	1,5	33,8	1,3	32,8	1,6	
Classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita									
Até 20%	41,6	2,4	40,6	3,1	41,6	2,8	43,2	3,3	
Mais de 20% até 40%	46,3	1,7	47,1	2,8	46,8	2,2	45,3	2,3	
Mais de 40% até 60%	38,5	2,2	37,9	3,5	38,6	2,9	39,3	3,3	
Mais de 60% até 80%	41,7	2,7	42,1	3,9	40,7	3,2	43,4	4,2	
Mais de 80%	43,7	0,9	42,1	1,3	44,0	1,1	44,4	1,2	

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2º trimestre, 2016.

Notas: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.

(1) Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça.

Fonte: IBGE (2016)/ ADAPTADO.

2.2 Macro social Institucional (Educação).

As informações que seguem se referem a rede de ensino público e privado;

a tabela 4.10 (Figura 2), diz sobre o fato das mulheres possuírem o maior percentual de ingresso tanto na rede pública quanto privada e, entre brancos e negros ou pardos, negros são superiores no ensino público e brancos no ensino privado. Supondo estatísticas para a categoria mulheres negras é possível afirmar que no ensino público as mulheres negras seriam superiores, mas não na rede privada de ensino.

Figura 2:

Tabela 4.10 - Pessoas que frequentam instituição de ensino, por rede administrativa, com indicação do coeficiente de variação, segundo características selecionadas - 2016

Características selecionadas	Ensino superior			
	Rede Pública		Rede Privada	
	Indicador	CV (%)	Indicador	CV (%)
Total	2 059	2,0	5 956	1,3
Sexo				
Homem	47,0	1,8	42,0	1,3
Mulher	53,0	1,6	58,0	0,9
Cor ou raça (1)				
Branca	49,0	1,9	55,9	1,2
Preta ou parda	49,5	1,9	43,2	1,5
Classes de percentual de pessoas em ordem crescente de rendimento domiciliar per capita				
Até 20%	8,5	5,9	5,1	4,9
Mais de 20% até 40%	15,7	4,5	10,8	3,7
Mais de 40% até 60%	20,2	3,7	18,1	2,7
Mais de 60% até 80%	25,3	3,2	27,6	2,1
Mais de 80%	30,2	2,9	38,3	1,9

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2º trimestre, 2016.

Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios do próprio ano.

(1) Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça.

Fonte: IBGE (2016)/ADAPTADO

Realizando busca de informações no portal do IBGE encontrou-se as seguintes Estatísticas de Gênero – indicadores sociais das mulheres no Brasil, a última atualização desta pesquisa foi realizada no ano de 2018. O índice apresenta pesquisas nas seguintes categorias: estruturas econômicas, educação, saúde, vida pública e direitos humanos. Em educação apresentam-se três pesquisas relativas ao ensino superior, no entanto, serão apresentadas apenas duas pesquisas: a) Taxa de frequência escolar líquida ajustada no ensino superior, e b) sobre o percentual da taxa de conclusão do ensino superior.

a) A pesquisa revela dados sobre a frequência escolar por regiões do Brasil, tabela 21e – 2015, e tabela 21e – 2016⁸. Nos anos de 2015 e 2016 os índices apresentaram as mulheres pretas ou pardas com a frequência 0,5% menor de um ano para o outro, embora nas pesquisas apresentadas a seguir mulheres pretas ou pardas possuem o percentual elevado de um ano para o outro.

b) Segundo a pesquisa sobre o percentual da taxa de conclusão do ensino superior, tabela 28d – 2015 (figura 3) e tabela 28d – 2016 (figura 4). No ano de 2015 a pesquisa revela que apenas 10% das mulheres pretas ou pardas entrevistadas, referente a região sul, concluíram o ensino superior, já no ano de 2016 o percentual sobe para 15% das entrevistadas.

Figura 3: tabela 28d – 2015

2015

Tabela 28d - Taxa de conclusão do ensino superior, por sexo, segundo cor ou raça e as Grandes Regiões - 2015

Pessoas entre 27 e 30 anos de idade

Grandes Regiões	Total		Sexo										
			Homens				Mulheres						
	Total (1 000 pessoas)		Concluiu o ensino superior		Total (1 000 pessoas)		Concluiu o ensino superior		Total (1 000 pessoas)		Concluiu o ensino superior		
	Absoluto	CV (%)	Taxa	CV (%)	Absoluto	CV (%)	Taxa	CV (%)	Absoluto	CV (%)	Taxa	CV (%)	
Brasil	9 347	1,0	18,0	2,4	4 597	1,3	15,0	3,5	4 749	1,1	21,0	2,7	
Norte	828	2,0	10,2	6,4	398	2,9	8,7	9,4	430	2,7	11,5	7,9	
Nordeste	2 880	1,5	12,2	5,4	1 274	1,9	9,9	7,8	1 406	1,9	14,2	5,7	
Sudeste	3 849	1,9	22,5	4,0	1 932	2,6	19,0	5,6	1 917	2,2	26,0	4,4	
Sul	1 254	2,0	20,6	4,0	641	2,6	15,6	6,4	613	2,5	25,7	4,8	
Centro-Oeste	736	2,2	20,5	5,3	352	3,2	17,5	7,7	383	2,9	23,2	6,2	
					Branco								
Brasil	4 100	1,6	27,0	2,8	1 991	2,2	22,7	4,2	2 109	1,9	31,1	3,2	
Norte	148	5,0	19,5	9,6	70	7,3	16,0	16,0	78	6,5	22,7	11,6	
Nordeste	640	3,1	21,7	6,6	284	4,3	17,3	10,8	356	4,2	25,1	7,9	
Sudeste	2 042	2,7	30,4	4,4	1 006	3,8	26,5	6,3	1 036	3,2	34,2	5,0	
Sul	999	2,2	23,3	4,1	507	3,0	17,4	6,6	492	2,8	26,3	4,8	
Centro-Oeste	270	4,0	32,3	6,1	124	5,5	30,3	9,0	146	5,3	34,1	7,2	
					Pretos ou pardos								
Brasil	5 181	1,2	10,7	3,8	2 577	1,6	8,9	5,7	2 603	1,5	12,4	4,5	
Norte	673	2,2	8,2	7,6	325	3,2	7,2	11,4	348	3,1	9,1	9,5	
Nordeste	2 021	1,7	9,2	7,2	979	2,2	7,8	10,3	1 042	2,2	10,5	8,2	
Sudeste	1 776	2,5	12,9	6,4	915	3,3	10,6	9,9	862	3,2	15,4	7,6	
Sul	248	4,7	9,3	14,0	132	6,3	7,9	21,0	117	6,1	10,8	17,3	
Centro-Oeste	462	2,9	13,3	8,0	227	4,0	10,3	12,3	235	3,8	16,2	9,5	

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2015, segundo trimestre.

Fonte: IBGE, 2015.

Figura 4: tabela 28d – 2016

⁸ <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=resultados>

Tabela 28d - Taxa de conclusão do ensino superior, por sexo, segundo cor ou raça e as Grandes Regiões - 2016

Grandes Regiões	Pessoas entre 27 e 30 anos de idade											
	Total				Sexo							
					Homens				Mulheres			
	Total (1 000 pessoas)		Concluiu o ensino superior		Total (1 000 pessoas)		Concluiu o ensino superior		Total (1 000 pessoas)		Concluiu o ensino superior	
Absoluto	CV (%)	Taxa	CV (%)	Absoluto	CV (%)	Taxa	CV (%)	Absoluto	CV (%)	Taxa	CV (%)	
Brasil	9 247	1,1	19,5	3,2	4 456	1,3	16,7	3,8	4 790	1,4	22,1	3,6
Norte	823	2,1	12,4	0,3	391	2,9	10,7	9,1	431	2,8	13,9	7,0
Nordeste	2 541	1,4	12,6	4,3	1 217	2,0	10,2	6,6	1 324	1,9	14,8	5,2
Sudeste	3 918	2,3	23,8	5,4	1 892	2,6	21,2	6,0	2 026	2,9	26,1	6,4
Sul	1 231	2,0	22,9	4,0	604	2,6	17,6	6,3	626	2,7	28,0	4,4
Centro-Oeste	734	2,4	23,1	5,2	352	3,4	20,3	7,5	382	3,2	26,7	5,6
					Branco							
Brasil	3 946	2,0	29,2	3,1	1 877	2,5	26,5	4,4	2 069	2,3	31,6	3,3
Norte	138	4,9	21,0	9,6	61	6,8	18,7	14,7	78	6,7	22,9	11,7
Nordeste	579	2,9	21,3	6,0	276	4,0	18,7	9,4	303	4,0	23,7	7,3
Sudeste	2 029	3,6	33,0	4,7	961	4,5	31,8	6,2	1 068	4,0	34,1	5,2
Sul	945	2,3	26,1	4,0	456	2,9	20,5	6,5	488	3,1	31,4	4,5
Centro-Oeste	255	4,2	32,4	6,5	123	5,5	28,5	9,1	132	5,6	36,0	7,8
					Pretos ou pardos							
Brasil	5 222	1,2	12,1	4,4	2 539	1,6	9,4	5,2	2 683	1,6	14,6	6,1
Norte	671	2,4	10,6	7,5	324	3,3	9,2	11,1	346	3,1	12,0	9,0
Nordeste	1 944	1,6	9,9	5,7	928	2,3	7,5	8,8	1 016	2,2	12,0	6,7
Sudeste	1 856	2,4	13,4	9,6	916	3,3	10,0	10,3	941	3,5	16,7	13,5
Sul	277	4,7	12,0	12,3	144	6,3	8,9	18,2	134	6,1	15,3	14,9
Centro-Oeste	474	3,1	18,0	6,8	227	4,2	15,7	10,0	247	4,2	20,2	7,9

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016, segundo trimestre.

Fonte: IBGE, 2016.

Sobre a perspectiva de educação para mulheres negras, os dados do IBGE são contestados na sua significância. JACCOUD (2008) ressalta a responsabilidade das comunidades de pesquisa e afirma que segundo os dados divulgados

A desigualdade entre brancos e negros é hoje reconhecida como uma das mais perversas dimensões do tecido social no Brasil. A extensa e periódica divulgação de indicadores socioeconômicos, sob responsabilidade de organismos de estatística e de pesquisa como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) ou o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), mostra que grandes diferenciais raciais marcam praticamente todos os campos da vida social brasileira. Seja no que diz respeito à educação, saúde, renda, acesso a empregos estáveis, violência ou expectativa de vida, os negros se encontram submetidos às piores condições.

Contudo, tal constatação não impede de reconhecer as possibilidades de acesso à educação pública e universitária às mulheres negras. Diante disso, Queiroz e Santos apontam questionamentos sobre o acesso ao ensino superior.

Entre as mulheres, as brancas estão representadas em proporções próximas às dos homens; as pardas, ora diminuem, ora elevam a sua participação. As pretas, embora tivessem obtido uma sensível elevação de sua participação, formam o contingente de menor expressividade nos cursos de alto prestígio (QUEIROZ; SANTOS, 2016. p. 86).

Entretanto, precisamos saber se essa democratização de fato está sendo feita com qualidade, pois o direito social à educação de qualidade é condição

essencial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nessa direção, é relevante a avaliação dos trabalhos acadêmicos que dão consistência e validade ao “conhecimento” produzido pela Universidade.

2.3. Macro Institucional: Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas – UFRGS.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul no ano de 2008 implementa a política de ações afirmativas, a partir disso o campo de estudos das ciências humanas e sociais realizam estudos para analisar a sua implementação e eficácia. Em 2012 a implementação da Lei n. 12.711/2012, sancionada pela Ex-presidenta Dilma Rousseff, Lei de Cotas, criando-se o órgão responsável pelo cumprimento da lei supracitada, a *Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas*, segundo o relatório do ano de 2016 decide que

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul através da Decisão nº 268 de 2012 do CONSUN decidiu pela instituição de um órgão de gestão, que tivesse atribuições de acompanhamento do Programa e de Acompanhamento dos estudantes por meio de articulação com Unidades Acadêmicas e COMGRADs de Curso. No seu artigo 12, cria a Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas – CAF que conta com estrutura institucional e está ligada diretamente à Pró-Reitoria de Coordenação Acadêmica. Atualmente, ela é composta de um Coordenador, um Vice-Coordenador, um departamento dos programas de acesso e permanência e Conselho Consultivo. (UFRGS, 2016. p. 11).

O objetivo deste capítulo é apresentar os relatórios dos anos de 2015 e 2016 publicados pela CAF. A CAF em seu relatório não desassocia sexo e em algumas ações, segundo Camisolão (2020), não diferencia cotas, ou seja:

documentos disponibilizados pela CAF – relatórios 2012-2016 – mostra que todas as ações de acolhimento ou permanência oferecidas pela universidade no período destinam-se à totalidade dos estudantes ou aos estudantes cotistas de um modo geral.(p. 45).

O relatório do ano de 2015 possui o caráter de pesquisa quantitativa quanto ao índice de alunos nos cursos da UFRGS, sendo avaliado o percentual de vagas através do Gráfico de associação Cohen-Friendly da tabela de contingência nas situações de cotistas e demais gráficos. No curso de Licenciatura em Pedagogia a abordagem dos dados apresenta estatisticamente o acesso, permanência, evasão e diplomação dos acadêmicos oriundos do acesso universal e cotas. A declaração no relatório de 2016 aponta para um maior beneficiamento de estudantes não autodeclarados racialmente, conforme (UFRGS, 2016, p. 31):

O perfil do ingresso resultante dessa modalidade de reserva de vagas no período 2008-2015 na UFRGS demonstrou que apesar das cotas raciais estarem no centro do debate sobre a desnecessidade de sua implantação, foram os estudantes não declarados racialmente que mais se beneficiaram da política.

O relatório do ano de 2016 possui o caráter de pesquisa quali-quantitativa, apresenta parâmetros vinculados ao índice de alunos nos cursos da UFRGS e em sua análise acerca das ações de acesso e permanência em seu índice Cotas sociais e cotas raciais: Considerações sobre a ocupação, é apontado estratégias para o aumento das condições de acesso, Camisolão (2020) em sua dissertação fala sobre permanência na UFRGS

Quanto às ocorrências do **termo permanência**, referem-se às atribuições da CAF, à participação de membros da equipe da Coordenadoria em eventos, a ações de capacitação de servidores visando a atualização dos mesmos com relação às AA na UFRGS e a possibilidade de criação de metodologias que aprimorem a implementação da Política de Ações Afirmativas em nossa universidade. Este primeiro rastreio pelos documentos disponibilizados pela CAF – relatórios 2012-2016 – mostra que todas as ações de acolhimento ou **permanência oferecidas pela universidade no período destinam-se à totalidade dos estudantes ou aos estudantes cotistas de um modo geral**. Excetua-se o acolhimento aos estudantes indígenas (CAMISOLÃO, 2020. p. 45 [grifo nosso])

Apesar do tema deste trabalho analisar a permanência e resistência das mulheres negras no curso de Pedagogia, apresentar os relatórios da CAF como fonte de dados evidencia programas ativos que mulheres podem ter acesso.

A CAF realiza um conjunto de atividades, regulares e eventuais, com o objetivo de promover o acesso, bem como as condições de permanência dos estudantes. Essas atividades basicamente dizem respeito à:

- Acolhimento e proposição de demandas referentes à assistência estudantil;
- Acolhimento e proposição de demandas relativas ao acompanhamento pedagógico;
- Realização de ações de capacitação;
- Proposição de normatizações;
- Organização e/ou participação em eventos;
- Apoio à participação de estudantes em eventos;
- Realização de reuniões do Conselho Consultivo do Programa de Ações Afirmativas Implementação do GT de Acompanhamento dos indígenas;
- Participação na implementação do Comitê Contra a Intolerância e a Discriminação – UFRGS;
- Elaboração de relatórios anuais do acompanhamento da política de ações afirmativas. (UFRGS, 2016. p.5).

Importante destacar que as informações de caráter macro tem por característica principal, serem indiretas, isto é, são informações já construídas e de

acesso livre ao público⁹ e, como tal, descrevem uma realidade que precisa ser descrita com mais detalhes, pois na perspectiva macro se perde as dimensões singulares. Por isso, identificar nos espaços educativos – Universidade – quais são as estratégias utilizadas pelas mulheres negras é importante.

Elas (as estratégias) podem ser a expressão mais forte das desigualdades sofridas na sociedade brasileira e, no caso das mulheres negras o aumento da violência é maior quando relacionada à questão de gênero, onde as relações estão marcadas por práticas patriarcais e machistas.

Olhar a identidade das mulheres negras no curso de Pedagogia se faz necessário, visto que a cultura da opressão, descaracteriza a essência da cultura negra em si. É esse olhar que permite identificar que só na separação entre formação da negritude e abusos históricos se poderá reverter ou (re)pensar as causas do estigma racial.

⁹ IBGE e a CAF-UFRGS e portal interno da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Capítulo III - Da Metodologia à chave-analítica

Metodologia é uma palavra derivada de “método”, do Latim “methodus” cujo significado é “caminho ou a via para a realização de algo”. Método é o processo para se atingir um determinado fim ou para se chegar ao conhecimento. Metodologia é o campo em que se estuda os melhores métodos praticados em determinada área para a produção do conhecimento.¹⁰

Para a realização deste trabalho foi utilizado como “**caminho ou a via para a realização de algo**” uma pesquisa do tipo qualitativo¹¹ com três movimentos:

O primeiro movimento foi a revisão de literatura como “[...] procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas.” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 44)

A revisão de literatura é parte importante do processo de estruturação do estudo acadêmico. Para isto, foi realizada a busca por teses e dissertações no Portal da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Pessoal de Nível Superior) e de trabalhos de conclusão de curso no portal LUME (Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) com palavras chaves que fossem ao encontro da pergunta a ser respondida: **de que forma a mulher negra resiste e permanece no ensino superior?** Antes de responder a esta pergunta, movo meu olhar para as mulheres negras que estão sendo vistas/estudadas nas demais universidades públicas e/ou privadas no território brasileiro.

Sendo assim para a busca no Portal da Capes, realizei três buscas com as seguintes palavras-chaves: “MULHER NEGRA AND UNIVERSIDADE”; “MULHER NEGRA AND RESISTÊNCIA” e “MULHER NEGRA AND PERMANÊNCIA” com o uso de filtros em Grande área: Ciências Humanas, Área do conhecimento:

¹⁰ MARCONI e LAKATOS (2003) afirmam que toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas (p. 174).

¹¹ É preciso encarar o fato de que, mesmo nas pesquisas qualitativas, a subjetividade do pesquisador está presente. Na escolha do tema, [...], na bibliografia consultada e na análise do material coletado, existe um autor, um sujeito que decide os passos a serem dados. Na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc (p. 8).

Educação e Ano de publicação: 2020 a 2010 para ambos os títulos; e no Lume no filtro assunto: “mulher negra”.

Na primeira busca no Portal da Capes por “MULHER NEGRA AND UNIVERSIDADE” com os filtros mencionados acima, foram encontrados 342 trabalhos entre teses e dissertações que diante da leitura de títulos foram identificados 2 que contemplam a temática deste projeto. Na pesquisa sobre “MULHER NEGRA AND RESISTÊNCIA” foram encontrados o total de 31 trabalhos, que diante da leitura de títulos foram identificados 2 que contemplam a temática deste projeto. Na terceira pesquisa “MULHER NEGRA AND PERMANÊNCIA” utilizando dos mesmos filtros para a busca, foi encontrado o total de 30 trabalhos entre teses e dissertações em que diante da leitura de títulos que contemplam a temática foram identificados 2 para este descritor do meu projeto de estudo.

Para a pesquisa na plataforma LUME filtrando por assunto “mulher negra” foram encontrados 25 trabalhos de conclusão de curso, entretanto apenas um que aborda a temática escolhida para defesa.

O segundo movimento metodológico se dá pelo uso da “história de vida”¹², ou seja, lanço mão da memória, porque aquilo que lembramos é algo que não se fixa apenas no campo subjetivo, mas traduz aquilo que é/foi singular e por ser autorreferente permite um situar-se também num contexto histórico e cultural. A memória é uma experiência histórica indissociável das experiências peculiares de cada indivíduo e de cada cultura. Minhas memórias de mulher negra são trazidas como retalhos de vida que contam a história de uma pedagoga em formação no curso de Pedagogia da UFRGS.

O terceiro movimento foi a análise documental. Como “[...] principal caminho de concretização da investigação ou se constituir como instrumento metodológico complementar” (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p.13). Apresento o quadro abaixo para exemplificar como o primeiro movimento metodológico foi realizado para buscar construir a chave analítica (conceitos chaves) que resultaram da busca: 6 trabalhos na área de estudos, destas 4 são dissertações de mestrado e 2 teses de doutorado todas realizadas em IES (Instituições de Ensino Superior) públicas.

¹² BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

Quadro 1 – Listagem dos trabalhos encontrados para análise.

Ano de publicação	Tipo de publicação	Origem	Título	Localização
2011	Dissertação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Política de ações afirmativas na UFRGS: o processo de resiliência na trajetória de vida de estudantes cotistas negros com bom desempenho acadêmico	CAPES
2012	Dissertação	Universidade do Estado da Bahia	A mulher negra no ensino superior: trajetórias e desafios	CAPES
2014	Dissertação	Universidade do Estado De Mato Grosso	Trajетórias de estudantes de classes populares em cursos de pedagogia da UNEMAT: condições de acesso	CAPES
2016	Dissertação	Universidade do Extremo Sul Catarinense	Identidades e negritude na perspectiva de estudantes negros e negras	CAPES
2017	Mono grafia	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Mulheres negras e ações afirmativas: a interpelação necessária na Educação Pública.	LUME
2010	Tese	Universidade de Brasília	Identidade raça e representação: narrativas de jovens que ingressaram na universidade de Brasília pelo sistema de cotas raciais	CAPES
2014	Tese	Universidade de Sorocaba	Mulheres negras no cotidiano universitário: flores, cores e sentidos plurais	CAPES

Fonte: Elaborado por Rodrigues, Karen Alessandra dos Santos, 2020.

As informações que este quadro aponta permitem dizer que os temas da negritude, mulheres negras não é apenas um tema que resulta da inquietação individual, mas está ancorada em uma objetividade crítica e em coincidências de vida (aquilo que acontece com as pessoas e aquilo que o conhecimento da história) diz sobre um segmento social importante: os negros.

Ao propor uma análise da trajetória de uma mulher negra no ensino superior no curso de Pedagogia – UFRGS (estudo de caso/história de vida) minha inquietude não está protegida pelo regime de verdade das estatísticas, mas é uma condição necessária e suficiente, que espero, seja possível para construir um saber específico no e para o curso de pedagogia.

3.1 Chave analítica

Evidenciar as relações estabelecidas por uma mulher negra na Universidade e no curso de Pedagogia (meio concreto) através de uma abordagem dialética torna possível compreender como perceber no status – ser universitária – envolve outras questões do que apenas passar no vestibular e acessar à Universidade Pública.

Compreender como são as dinâmicas de um curso implica em perceber que os comportamentos são marcados por relações de dominação que retificam a prática social, seja marcada por relações e reações que operam o modo como homens e mulheres tentam se construir como sujeitos sociais.

Para tanto, os conceitos chaves que uso para compreender o comportamento discente (mulher negra) no curso de Pedagogia são:

- **Políticas públicas/ Ações afirmativas:** conjunto de políticas, regras, normas que possibilitam a inserção social de segmentos populacionais historicamente marginalizados e que a partir destas medidas tem sua condição cidadã garantida e/ou mecanismos institucionais que asseguram direitos.

- **Permanência/reconhecimento:** noção que designa um modo de estar nos lugares sociais, em especial e no caso deste trabalho, na universidade; representa o modo e a forma como um determinado grupo social pretende estar em um dado local.

- **Resistência / episteme cultural:** conjunto ou modos de atuação social dos atores sociais que resultam do modo como estes sujeitos sociais marcam a sua prática social que pode se caracterizar por alianças, recusas, reconhecimento, aceitação da ordem proposta, apagamento de memória, etc. Pode ser entendida como “a resistência reside na interação consciente com os discursos e representações dominantes e normativos e na criação ativa de espaços de oposição analíticos e culturais” (Chandra Mohanty, apud, HOOKS. p. 36), ou como episteme cultural que é o conjunto dos conhecimentos que condicionam a forma de entender e interpretar o mundo em determinadas épocas.

- **Trajetórias/experiências vividas:** traduz-se no repertório de respostas/comportamentos que os indivíduos têm diante de uma dada situação; são modos de se comportar que levam a correlacionar de maneira inédita as formas de dominação, a construção de identidades sociais e as práticas culturais.

- **Contradições:** O princípio da contradição é o fundamento epistemológico que parte do pressuposto da importância de se conhecer as contradições constitutivas do objeto para explicá-lo. No nosso caso, é explicitar as contradições pedagógicas (entre o dito e o feito em sala de aula e no curso de pedagogia).

Parto do pressuposto que a negritude, em si, é definida por um instável grupo de elementos sociais variáveis e mediados por discursos de diversas origens. SANSONE (2003) diz que a flutuação entre diferentes identidades, dependendo do contexto em questão, lazer, trabalho, família, etc.

Por outro lado, o sujeito capaz de conhecer é capaz de se debruçar sobre uma dada realidade, pois assume que a realidade se apresenta, não apenas como determinações em si mesmas, mas como atos sociais que se constituem na reciprocidade homem-mundo.

Por isso, é possível compreender que:

- **Identidade/pertencimento:** a identidade e a pertença de um sujeito social pode ser entendida ou pensada no plural, como identidades onde o sujeito assume identidades diferentes em momentos diferentes: o “eu” eternamente se desloca conforme a ocasião necessita.

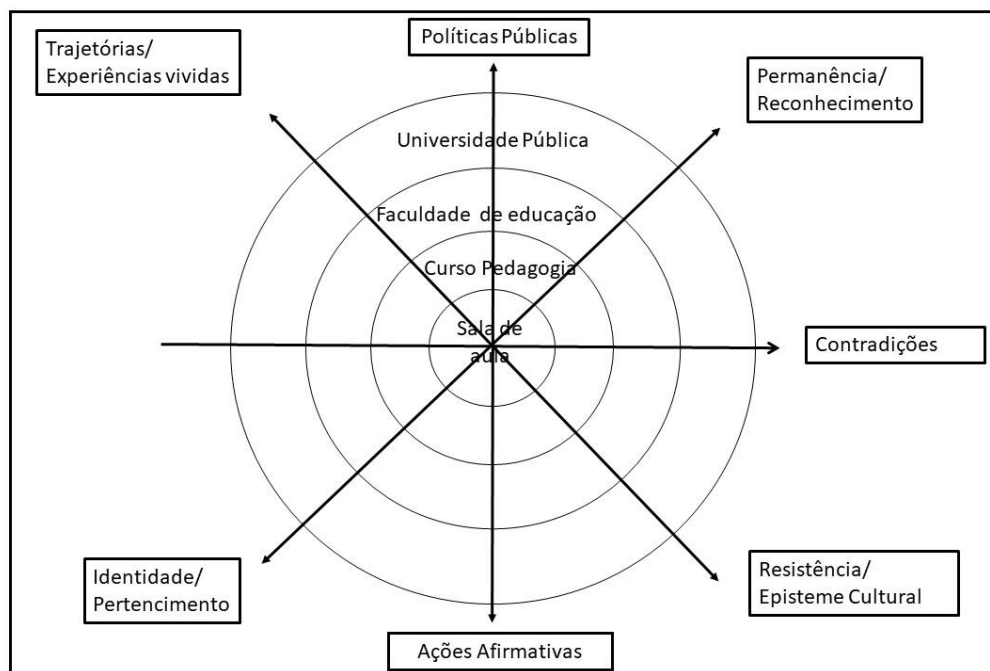
Estes elementos possibilitam ou dão o suporte do pensamento que se constrói a partir e no recorte da memória, visto que a passagem de uma mulher negra no curso superior deixa rastros, trilhas que permitem compreender lógicas sociais.

Gomes (2003) compreende a população negra diante do processo de identidade afirmando que

A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros (GOMES, 2003, p.171).

Assim, ao invés de substituirmos a imaginação pela abstração apresentamos a seguir dados que permitem descobrir ligações entre os dados e o mental coletivo dando um outro tipo de hierarquização à informação disponibilizada em documentos secundários, que na maior parte das vezes, se apresentam de modo fragmentado e disperso (estatísticas/documentos).

Figura 1 - Chave analítica.



Fonte: Elaborado por Rodrigues, Karen Aleksandra dos Santos, 2020.

A chave analítica pode ser visualizada na figura acima, pois, uma re-composição, uma re-imaginação e re-configuração do lugar de onde se fala, se faz não só como interrogação, mas também como hierarquização dos espaços onde se materializa a compreensão do sujeito social.

São representações que ganham maior visibilidade e passam a ser consideradas como expressão de uma realidade social invisibilizada, nem sempre considerada quando se analisa os lugares sociais (sala de aula, curso, faculdade, universidade).

Capítulo IV – Do macro ao Micro: a trilha de uma mulher negra se apresenta.

Parte-se do observável ou daquilo que torna possível a compreensão do ser social mulher negra – como totalidade que se relaciona com a vida material e concreta dos seres humanos. Para tanto é imprescindível notar a relação entre os diferentes níveis de informação sobre o real (universidade pública) para uma compreensão precisa das coisas. Dois movimentos:

Movimento I – Análise das Informações secundárias.

Movimento II – Análise documental.

Tendo em vista o período atípico e pandêmico do ano de 2020 a análise que poderia ser referendada por entrevistas de mais mulheres negras na Universidade e no curso de Pedagogia (dados primários) foram substituídas por dados secundários (análise de dissertações/tcc's) registrados no Lume (biblioteca da FAGED).

Enfim, a tomada de consciência sobre o curto espaço de tempo e as novas condições para execução de uma pesquisa mais ampla levou ao reconhecimento de que abordar novos recortes metodológicos se fazia necessário: eis a razão do recurso à análise documental a partir das disposições existentes e de possível acesso rápido, no Portal da CAPES¹³. Para melhor leitura categorizamos os quadros em dois temas/significantes: Mulher negra e universidade / Mulher negra e resistência.

Mesmo que a coleta de dados seja contável e superficial, entendemos que é do rotineiro e representativo. O que importa é a ideia ou a encarnação da ideia e das significações sobre o uso que se pode fazer destas informações.

QUADRO II – Mulher negra e universidade nas teses e dissertações.

TEMÁTICAS	DADOS SIGNIFICATIVOS
Política de ações afirmativas na UFRGS: o processo de resiliência na trajetória de vida de estudantes cotistas negros com bom desempenho acadêmico	Reivindicação de demandas específicas que tem origem no não atendimento histórico. A esperança de resultados palpáveis, depositada nas ações afirmativas, exige a tomada de outras medidas nacionais, regionais e locais.
A mulher negra no ensino superior: trajetórias e desafios	Situações conflituosas, contraditórias no interior da universidade que evidenciam a

¹³ O portal da Capes permite identificar na produção de conhecimentos das universidades as respostas, as ações coletivas, a metodologia utilizada nos documentos (teses/dissertações) onde são apresentadas as estratégias para a efetivação de uma educação antirracista na educação pública. Daí nosso interesse em destacá-las.

	<p>busca de condições dignas e de reconhecimento.</p> <p>Desconforto com e no cotidiano da sala de aula. Como desafio maior está a ampliação do debate sobre multiculturalismo, políticas da diferença e políticas de reconhecimento.</p>
Trajetórias de estudantes de classes populares em cursos de pedagogia da UNEMAT: condições de acesso	<p>Conflitos, contradições que se evidenciam no discurso diferente da prática e que mostram a necessidade de submissão à ordem.</p>
Identities e negritude na perspectiva de estudantes negros e negras	<p>Busca de preservação da identidade e de condições de reconhecimento – implica em analisar e discutir em sala de aula formas emancipatórias de relação social que favoreçam a superação dos processos de sujeição e exploração que têm marcado nossa história.</p>
Mulheres negras e ações afirmativas: a interpelação necessária na Educação Pública	<p>Apresenta as dificuldades atuais de permanência no curso, dificuldades que surgirão na disputa por uma vaga de monitoria e bolsista de pesquisa; se não houver uma política de abertura, ampliação e incorporação destas atividades como carga curricular, os problemas enfrentados atualmente não serão resolvidos.</p> <p>A compreensão de que políticas distributivas não são suficientes para o enfrentamento do racismo e da discriminação.</p>
Identidade raça e representação: narrativas de jovens que ingressaram na universidade de Brasília pelo sistema de cotas raciais	<p>As barreiras estruturais e simbólicas que se interpõem na trajetória educacional dos negros sinalizam que suas oportunidades de acesso à educação de qualidade, bem como as representações sociais do campo de possibilidades (trabalho) daqueles que ascendem nos espaços sociais do mundo branco ainda são pequenas.</p>
Mulheres negras no cotidiano universitário: flores, cores e sentidos plurais	<p>Sinaliza que a participação/inclusão de mulheres negras na universidade contrariam a norma que parte do pressuposto de que a educação alcança um significado singular na trajetória social, pois no tensionamento do mérito se evidenciam como se dão as condições sociais da exclusão social.</p>

Fonte: Elaborado por Rodrigues, Karen Alexandra dos Santos, 2020.

À primeira vista ou para uma leitura apressada do quadro, poderia se dizer que ele não serve como análise, porque quem lê não pode chegar a compreender sobre o lugar e os movimentos/estratégias das mulheres negras, pois as informações ainda estão “criptografadas” e dentro de cada trabalho mencionado acima, no quadro.

Mas estes trabalhos trazem uma ideia essencial: eles exprimem uma certa coerência temática que dá primazia aos textos que expressam a consciência sobre uma problemática social definida a partir de uma nova maneira de ver a realidade na universidade: diz respeito à consciência do grupo social ao qual pertencem.

Fato este que nos faz recordar Santos (2012), ao dizer que as políticas públicas para alunas negras de cursos da Universidade continuam a enfrentar barreiras, e que, mesmo com o aumento no número de alunas negras nesses cursos, as vagas continuam sendo predominantemente ocupadas por brancos e brancas.

Da mesma forma é possível perceber pelas temáticas que nas experiências, nas vivências, a academia é o lugar principal para se perceber as situações de segregação, bem como de mecanismos de ressignificação da identidade negra ao longo da vida.

Quadro III - Mulher negra e resistência: nas teses e dissertações - Portal da Capes

TEMÁTICAS	DADOS SIGNIFICATIVOS
Política de ações afirmativas na UFRGS: o processo de resiliência na trajetória de vida de estudantes cotistas negros com bom desempenho acadêmico	O avanço na trajetória escolar implica em acrescentar um outro traço a sua sociabilidade: o envolvimento em atividades de cunho político, isto significa envolver-se, por exemplo, em passeatas e atividades de representação nos espaços políticos discentes e de gestão da universidade.
A mulher negra no ensino superior: trajetórias e desafios	Interessante o destaque que no construto identitário fica reforçada a ideia de que a educação é o caminho possível para a ascensão social e que o desafio está na educação como caminho que independentemente de questões raciais abre possibilidades de inclusão social.
Trajetoárias de estudantes de classes populares em cursos de pedagogia da UNEMAT: condições de acesso	As trajetórias sinalizam que a ascensão social dos estudantes de classe populares foi/é uma consequência de um conjunto de fatores e limites estruturais encontrados ao longo da vida.
Identidades e negritude na perspectiva de estudantes negros e negras	É compreendido que na condição negra se reconhece a complexidade da desigualdade, mas também que esta compreensão tergiversa com relação à responsabilidade da sociedade como um todo.
Mulheres negras e ações afirmativas: a interpelação necessária na Educação Pública	A percepção da condição de acadêmica negra e pobre são apresentados na articulação – vida universitária e reflexão possível proposta em sala de aula - isto é, estar na universidade foi o elemento que proporcionou sua percepção da desigualdade social com relação à raça.
Identidade raça e representação: narrativas de jovens que ingressaram na universidade de Brasília pelo sistema de cotas raciais	A temática da percepção da pobreza e da estrutura geral de desigualdade é mobilizada em vários momentos das narrativas evidenciando que há a consciência das condições perniciosas

	de socialização do negro via “integração” normativa através das políticas públicas.
Mulheres negras no cotidiano universitário: flores, cores e sentidos plurais	as narrativas nos permitem situar o que chamamos de trajetórias de ascensão social, mas também mostram uma configuração de estruturas de poder e de um modelo de cidadania correspondente a um modelo societário exclusivista, dado que compõe um dos mais expressivos indicadores da desigualdade racial em que as flores, cores e sentidos nem sempre são tão plurais.
Política de ações afirmativas na UFRGS: o processo de resiliência na trajetória de vida de estudantes cotistas negros com bom desempenho acadêmico	Sinalizam uma interessante dialética envolvendo segregação social (pelo mérito) e o surgimento de discussões em sala de aula por coletivos de alunos acerca das desigualdades que marcaram o Brasil.

Fonte: Elaborado por Rodrigues, Karen Alexandra dos Santos, 2020.

As informações sobre os trabalhos/textos apresentados evidenciam que as estratégias de resistência: **formação de coletivos, organização de grupos de estudo, busca por representação nos espaços políticos institucionais discentes e de gestão universitária, reivindicação por demandas específicas, submissão à ordem, conflito por preservação de identidade / condições dignas, reconciliação com o passado, desconforto no cotidiano** - se destacam não por sua originalidade, mas pelo fato de apresentarem-se como elementos necessários para garantir, conscientemente, as condições de acesso e permanência na universidade e que, utilizam a visibilidade identitária como discurso mobilizador como ato político para demais questionamentos no espaço acadêmico.

O interessante a ser apontado e que é confirmado por Wachholz (2016, p15) é o fato dos textos/trabalhos acadêmicos darem destaque a identidade dos alunos entrevistados que “são sustentadas e atravessadas por discursos hegemônicos que insistem em caracterizar a população negra como marcada pela inferioridade”.

4.1 Micro: singular e pessoal

As histórias de vida permitem aquele que lê e aquele que apresenta fragmentos da sua vivência questionar os sentidos de suas vivências e destacar as suas aprendizagens. A escrita, a narrativa é um recorte cuja intencionalidade é abrir espaços e oportunizar refletir sobre suas experiências formadoras, identificando nelas uma lógica para compreender a si e ao mundo.

Voltar ao vivenciado no curso de Pedagogia, inscreve-se não só, na subjetividade, mas permite organizar um tempo, que não é linear, mas um tempo da

consciência de si, das representações que o sujeito constrói de si mesmo a partir de um lugar de formação profissional.

O retorno das narrativas aqui realizadas não é um erro de digitação, mas o movimento analítico necessário para poder reestabelecer as premissas de uma história pessoal que, agora, se inscreva de modo diferente no plano qualitativo que permite compreender que nas relações individuais o coletivo se expressa, assim como é possível a aplicação da chave analítica.

Situação 1: Trajetórias e Contexto sócio / familiar

Nos fragmentos que seguem é possível identificar como na trajetória e nas experiências vividas se constrói uma ideia de si como sujeito social.

Fragmento 1 (trajetórias e experiências vividas)

Em uma festa de criança, por volta dos meus 5 anos, minha mãe fez o seguinte comentário para as outras mães:

Esfreguei tanto ela hoje que chega a estar branca.

Fragmento 2

Quando criança queria muito ser branca, ser como as minhas amigas, até meus 10 anos não me via no espelho porque eu não era igual a elas, me contentava em ver meu cabelo castanho-claro em que só nas pontas se enrolavam.

Minha mãe negra de pele clara procurava através de cosméticos negar-se a sua negritude, nunca vi seu cabelo crespo, preto ou castanho; a sua maquiagem para o rosto era sempre um tom mais claro que o seu e namorados homens brancos.

Fragmento 3 (contradições)

Quando passo a morar com meu pai aos 9 anos, caminho de forma lenta ao reconhecer-me como negra. Morando com duas pessoas negras retintas, me sentia um peixe fora d'água todos os dias. Com a troca de escola, meus novos colegas assimilaram que a minha mãe era a minha madrasta e eu dizia que não, pois não éramos da mesma cor.

Fragmento 4

Certo dia fui questionada por um adulto amigo de minha madraستا, a mesma situação, se eu era filha dela, respondi sendo inconveniente que não, pois não temos a mesma cor de pele.

Passado isso, minha madraستا notou que minhas respostas não eram pela aceitação ou não do novo núcleo familiar, mas sim, a falta de informação sobre identidade, pertencimento e a luta do povo negro.

Fragmento 5 (identidade e pertencimento)

Lembranças que tenho da minha madraستا, mulher negra de cor retinta, me ensinando sobre tudo em um diálogo aberto e com questionamento pude compreender a minha posição na sociedade - mulher, negra e periférica - me reconheci como negra próximo dos 14 anos, foi um caminho longo até o (re)conhecimento.

As memórias que trago da minha infância refletem na insegurança e no medo de não ser aceita na cultura negra no início da vida adulta, Gomes (2003, p. 84), em seu artigo cultura negra e educação, afirma que “ao se discutir sobre cultura negra não podemos nos esquecer de denunciar a lamentável existência do racismo entre nós”, racismo que muitas vezes é de caráter velado.

Situação 2. Educação Pública

Fragmento 1 – Escola. (trajetórias e experiências - contradições)

Foi no 6º ano do ensino fundamental, em uma situação em que uma colega perdeu o casaco e acusou a mim e a outra colega de ter pego/roubado. Ao chegar em casa, conversando com meus pais sobre a situação, fui questionada sobre o tom de pele da colega que estava acusando-nos de roubo, ela é fenotipicamente branca. Meus pais compreenderam que a questão racial era um fator importante nessa discussão, pois na turma, entre as meninas, eu era a única negra.

Fragmento 2 – Universidade Pública (Políticas Públicas/Ações afirmativas)

No dia 16 de janeiro de 2015 lá estava o meu nome no listão da UFRGS, uma conquista e tanto, minha família sempre me incentivou, afinal, era UFRGS ou UFRGS. Família feliz, pais orgulhosos, entusiasmados, misto de sensações e

sentimentos pela filha negra e periférica na Federal. Tudo corria bem até a entrega do formulário de autodeclaração, inicialmente não soube me declarar. Eu sabia que era negra, mas o medo de não ser aprovada na aferição me declarei parda. E a partir daí começou a busca da minha identidade.

Situação 3 – No Curso de Pedagogia

Tenho presente que os momentos vividos na universidade contribuíram para a construção da minha identidade. Os anos de graduação me auxiliaram muito em enxergar quem e de onde sou.

Situação em sala de aula 1 (identidade/pertencimento).

Durante as aulas da disciplina de História da Educação I, em 2015/2, uma das tarefas tinha por tema “biografia de mulheres”; minha escolha foi apresentar a biografia de Angela Davis. Ao estudar sobre a trajetória de vida, resistência e luta me fez refletir muito sobre algumas falas que se repetiram na minha infância que fizeram me sentir deslocada por muitos anos. Recordo-me que logo após estudar sobre ela, comprei um bóton estampado “Free Angela” com seu rosto e antes deste estudo eu olhava para ele e não sabia de seu significado e importância.

Situação em sala de aula 2 (permanência/reconhecimento).

Ao longo do curso, as relações de amizade ajudaram muito no meu processo de reconhecimento e uma delas foi a amizade que criei com uma colega, a Laysla, mulher negra, empoderada aos 20 anos, que já sabia muito sobre o seu lugar. Nela me inspirei, realizamos diversos trabalhos acadêmicos em que a cada momento em que eu duvidava da minha capacidade ela sempre tinha uma palavra de incentivo e motivação. Compartilhando as vivências, experiências e afins me sentia cada vez mais segura em trilhar o espaço acadêmico, pois já sabia que não estava só.

Situação em sala de aula 3 (resistência/episteme cultural)

Algumas memórias são difíceis de lembrar com exatidão, em muitos momentos em que precisei me posicionar, preferi me omitir. Acreditava que não sabia, que não podia falar sobre, pois não dominava o assunto, não tinha as referências. Assim aconteceu em uma roda com amiga no pátio da Faced, era um

momento propício a trocas de experiências.

Ali pude reconhecer o quanto aquele conhecimento me fazia falta. Naquela roda de conversa lembro do meu olhar de admiração para minhas colegas, falando com convicção de suas decisões de vida e o empoderamento que tinham por se reconhecerem mulheres negras.

Situação em sala de aula 4 (políticas públicas/ações afirmativas)

Diálogos. Através de diálogos com colegas cotistas compreendi a importância das ações afirmativas na universidade. Lembro que após o retorno de colegas do encontro de estudantes (ENEPe) em 2018, do meu interesse em ir no evento seguinte. Momento em que me senti acolhida, por eles e pela gestão do DA (Diretório Acadêmico), afinal, sabia que existia o auxílio evento, mas não sabia como proceder. No ano seguinte em 2019, viajei para o congresso com 80% da viagem custeada pela universidade.

Situação em sala de aula 5 (contradição)

Os primeiros anos de graduação foram repletos de momentos em que me coloquei em contradição. De 2015 a 2018, nesse período ouvi de um colega, “mas tu não és tão negra assim” e me omiti, “o bom é que teu cabelo não é crespo, assim tu não precisas pôr tranças” e me omiti. Ao relatar as frases ouvidas para minhas amigas/colegas, passava a compreender como eu era vista para os outros e elas procuravam em mim o posicionamento que passei a construir junto com elas.

Situação em sala de aula (trajetórias/experiências vividas)

Durante uma das aulas, uma colega (não negra) disse: por quê sempre para vocês “ser negro” é reafirmar a toda hora? O afirmar a dignidade se dá sempre, principalmente aqui nos espaços educativos.

Situação em sala de aula (resistência)

A participação, não como militante, das atividades promovidas durante os espaços educativos não formais pelos coletivos negros da Universidade nas datas-chaves para o resgate da dignidade da história negra como o 20 de novembro em frente ao prédio da Faculdade de Educação, como também a presença de “mães

de santo” em apresentações e defesas de mestrado e doutorado no PPGEDU.

Situação em sala de aula (contradições)

Para conseguir uma monitoria foram necessárias várias tentativas para ser aceita como bolsista; não bastava a progressão na grade curricular, o alcance da monitoria sempre esbarrava no argumento: dificuldades de tempo, inexperiência no trabalho.

Além disso, poucos professores utilizavam como critério seguir ou cumprir todas as disciplinas curriculares designadas para cada semestre, para assim poder terminar o curso no período protocolar.

Pelo exposto é possível perceber que o repensar sobre as relações étnico-raciais seja no espaço escolar ou não, com todas suas nuances e complexidades o não discutir as questões da negritude deixa subsumida a reflexão sobre como, na educação formal, a questão do negro ou sua condição é naturalizada.

Além disso, percebe-se que nos fragmentos de memória a consciência do processo ideológico nem sempre se explicita, visto que o discurso dominante sobre o que é ser negro ou o lugar do negro, engendra uma estrutura de não descobrimento que aprisiona aqueles que são negros em uma imagem alienada, na qual se reconhece.

Nesse sentido, a reconstrução do “ser negra/o” passa por um processo (no meu caso gradual) de conscientização e valorização da negritude que se deu a partir da escola pública e na universidade pela construção (política) de uma identidade social que veio pela compreensão da resistência realizada por diferentes grupos étnicos-raciais no espaço da Universidade. Esta resistência, me parece, que é proporcionada não só pelas diferenças, mas também pelo diálogo entre os indivíduos que é um dos pressupostos da educação proposta na Faculdade de Educação que permite, ao educanda(o) negra(o), desconstruir estereótipos e preconceitos em relação à sua origem.

Por outro lado, estas situações me levam a pensar não só a minha situação pessoal, mas também que ela é comum à das mulheres negras que nem sempre fazem um questionamento sobre o seu corpo de modo a não fazer-se branco, mas de tornar-se negro.

Podemos dizer que atualmente há a ampliação considerável com relação ao debate acerca das diferenças e combate ao racismo na Universidade e na sociedade brasileira.

No entanto, a lei n. 10.639/2003 ainda encontra dificuldades quando se pensa o lugar da mulher negra. Ribeiro, ao falar sobre o mito da mulher moderna, “ela trabalha fora, mas quando chega em casa ainda é responsável por cuidar dos filhos e pelos afazeres domésticos. A mentalidade de fato não mudou - os mecanismos de opressão somente se atualizaram (2018, p.129)”, penso, quantas destas foram minhas colegas durante a graduação; pensar em suas demandas e em seus trajetos fez-me questionar: o que as fazem permanecer e o que as motivam a resistir?

Seus motivos não são tão diferentes dos meus e de certo modo já foram explicitados por Hooks (2017):

Elas têm de acreditar-se capazes de habitar confortavelmente em dois mundos diferentes, mas têm de tornar confortável cada um dos dois espaços. **Têm de inventar criativamente, novas maneiras de cruzar fronteiras.** Têm de crer em sua capacidade de alterar os ambientes burgueses onde se inserem (p. 243, [grifo nosso]).

Por isso, o comprometimento com as questões feministas e a resistência negra significa que tenho de ser capaz de confrontar questões de raça e gênero dentro de um contexto branco a fim de proporcionar outras respostas, muito mais significativas para as problemáticas que a sociedade branca e machista nos apresenta.

As diferenças entre as pessoas, entre os e as estudantes negras ainda são vistas com desconfiança, e o racismo subsumido nas relações do cotidiano permanece escondido no silêncio ou na negação: isto não acontece aqui! O silêncio, é ambíguo, pois para nós mulheres negras ainda é visto como defesa e não como denunciador de preconceitos e discriminações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita da narrativa foi o artifício cuja intencionalidade analítica permitiu abrir espaços e oportunizar refletir sobre minhas experiências formadoras no curso de Pedagogia, não apenas de profissional da educação, mas também identificar na trajetória, pelo currículo e nos espaços sociais da FACED, a possibilidade de compreender a mim e ao mundo.

A hipótese analítica deste estudo, centrada na lógica da política pública, por mais significativa e justa que seja, traduz uma legislação culturalmente centrada na concessão das elites desconsiderando que as políticas de acesso promovidas pelos diferentes documentos (Reuni, EAD, Prouni, etc.) não são suficientes para a superação de um histórico processo de exclusão, principalmente das mulheres negras, encontra, neste texto, retalhos de vida.

As análises das informações variam e variadas foram ao encontro da narrativa singular, mas muito mais do que um ponto de partida, elas (as informações e as lembranças de vida) por jamais se confundirem, permitiram entender que na minha trajetória enquanto mulher negra no ambiente acadêmico, como todas outras diferentes e anteriores a mim tiveram, também, encontros inusitados, e, muitas vezes frustrantes com o racismo estrutural.

Situações que confirmaram a importância de analisar este tema ao final de um curso acadêmico. Se antes esta temática – negritude, gênero – era pouco discutida no núcleo familiar (composto por mim, meu irmão e minha mãe) agora ganha relevância sobre o fato de que ser negro, reconhecer-se negro na sociedade brasileira. É algo tão necessário para marcar a importância de ser sujeito social para toda criança negra nos dias de hoje.

Para finalizar, nem sempre as estratégias de resistência das mulheres negras descritas nos trabalhos acadêmicos: **formação de coletivos, organização de grupos de estudo, busca por representação nos espaços políticos institucionais discentes e de gestão universitária, tomada de consciência a partir do tensionamento, se apresentam como efetivas nos casos individuais. São o fator chave para a permanência na universidade, diante disso é importante destacar que os posicionamentos pessoais implicam em riscos concretos (não aceitação de um argumento fora da lógica ou do senso comum pelas colegas, rejeição e isolamento quando em trabalho de grupo).**

Entendemos os limites do trabalho – trata-se de um estudo de caso, ou de uma experiência que não pode ser generalizada, mas estabelecer generalidades – entretanto a leitura e compreensão daquilo que foi vivenciado permite perceber como a família, a escola, a universidade, enquanto instituições sociais se apresentam como responsáveis pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revelando-se como espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. E por isso mesmo ela também é um importante local onde estas podem ser superadas.

Esta afirmação pode não ser novidade, mas é preciso ter presente que as informações de caráter pessoal (declaração do que é oposição e diferenciado) se apresentam como uma representação cultural que não pode ser caracterizada como sendo, apenas um saber individual ou que remete a um falso problema. Entendo que, segundo Hooks (2017),

Quando os acadêmicos de classe trabalhadora ou de origem trabalhadora partilham suas perspectivas, subvertem a tendência de focar somente nos pensamentos, as atitudes e experiências dos materialmente privilegiados. A pedagogia crítica e a pedagogia feminista são dois paradigmas de ensino alternativos que realmente deram ênfase à questão de encontrar a própria voz. (p. 246)

Importa, sim antes de tudo, saber que na identificação destas situações no cotidiano e no interior da universidade são lembranças que presentificam algo e que agora, ao ser materializado na análise, torna presente uma ausência.

Ausência – de reconhecimento do outro, da diferença, de outros modos de pensar – que exige da Universidade e do Curso de Pedagogia que se faça a substituição das imagens que as acadêmicas têm de si por outras imagens (de que ser professor) implica na representação adequada do ser mulher, profissional, cidadã, independentemente de ser negra ou não, porque a imagem que se tem de si, se constitui no olhar do outro que olha também.

Posso dizer que os anos de graduação me auxiliaram muito em enxergar quem e de onde sou - não é que eu não soubesse que era negra, apenas não me sentia pertencente - a inserção no espaço universitário foi o que proporcionou o autoconhecimento étnico e racial para mim. Foi a faculdade que possibilitou refletir sobre o racismo estrutural (ALMEIDA, 2018) e a compreender aquilo que Hooks (2017) diz sobre inquietude

Cheguei à teoria porque estava machucada - dor de dentro de mim era tão intensa que eu não conseguiria continuar vivendo. Cheguei à teoria desesperada, querendo compreender - apreender o que estava acontecendo ao redor e dentro de mim. Mais importante, queria fazer a dor ir embora. Vi na teoria, na época, um local de cura (p.83).

Assim, compreender-me como mulher negra se apresentava mais como latência do que como potência para uma tomada de consciência da negritude.

Este empoderamento se deu a partir da minha busca em viver o ambiente acadêmico como um todo, começando pela bolsa de Iniciação Científica, o aumento nas minhas participações em palestras promovidas pela **Quartas na Faced**, as oficinas promovidas pelo projeto de extensão Fórum Gaúcho de Educação Infantil, o todo o tempo que estava presente não me sentia pertencente àquele espaço, procurava ouvintes negros e eram poucos.

Este é o segredo da transfiguração de uma imagem que a educação proporciona; pois durante minha infância, muitas vezes me senti privilegiada por ser uma negra de pele clara, situações justificadas pela falta de debates e reflexões acerca da temática em questão.

Pode-se dizer que nas leituras sobre o que é ser negro, mulher e suas estratégias de resistência para permanecer na universidade – foi possível perceber e compreender o funcionamento do dispositivo sedutor e formalista que é (ainda) a entrada na universidade e como uma representação cultural hegemônica pode ser uma construção que dissimula desigualdades, injustiças e impedem o reconhecimento de uma identidade etnico-social; relaciona-se o pertencimento racial como fator para que os estudantes possam resistir às discriminações pelas quais passam, ao mesmo tempo em que lhes fortalece (JULIO; STREY, 2009. p. 7).

Entretanto, não há como deixar de destacar que o período atípico, a dificuldade de fazer um trabalho de campo mais exaustivo e amplo que desse uma visão das trajetórias de outras colegas do curso de pedagogia prejudicaram a possibilidade de generalização de um estudo de caso.

Mas mesmo assim, a experiência do vivenciado neste curso, nesta universidade, mostra que a opacidade de representação no campo das identidades negra e femininas na universidade ainda exige que muito se faça em termos de enunciação formal e de dispositivos políticos para dar visibilidade e significação àquilo que é ser mulher e negra.

Resta uma questão que, parece-me, este trabalho de conclusão não responde completamente: que a identidade negra, a construção do sujeito social não se faz apenas nos espaços educativos formais (escola/universidade), mas nos espaços públicos da política, nos movimentos sociais que dada a conjuntura (isolamento social, narcisismo digital, crise sanitária do ano de 2020) concorrem para as descontinuidades do momento social.

Reafirmo que as cotas, como política pública, me permitiram, não só o acesso à universidade pública, mas também dar conta que ela responde a uma demanda social histórica que tem na marginalização de uma parcela da população significativa: as mulheres negras, sua expressão mais evidente no campo da educação.

Reconheço os limites do trabalho, mas entendo que um TCC tem que ser resultado de uma reflexão que faça a síntese de um processo; nesse sentido acredito que ele tenha cumprido sua missão: permitiu como objeto pedagógico o reconhecimento das fronteiras de gênero e nas estratégias das mulheres negras identificar o repertório possível em um ambiente que não está pronto para receber diferentes públicos.

Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte/MG: Letramento, 2018.

BELLO, Luciane. **Política de Ações Afirmativas na UFRGS: o processo de resiliência na trajetória de vida de estudantes cotistas negros com bom desempenho acadêmico.** 01/09/2011. 143 f. Dissertação de Mestrado em Educação, UFRGS, Porto Alegre/RS.

Camisolão, Rita de Cássia dos Santos. **CARTOGRAFIA DO ACOLHIMENTO: escrevivências do estudante negro na UFRGS / Rita de Cássia dos Santos Camisolão.** -- 2020. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/210231>. Acessado em 03 mar 2021.

CRISOSTOMO, Maria Aparecida Dos Santos. **Mulheres Negras no cotidiano universitário: Flores, cores e sentidos plurais.** 19/11/2014. 144 F. Tese de Doutorado em Educação. Universidade De Sorocaba, Sorocaba.

DAFLON, Verônica Toste; JUNIOR, João Feres; CAMPOS, Luiz Augusto. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 302-327, abr. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000100015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 out. 2020.

DIEESE. **Relatório anual.** Disponível em: geo.dieese.org.br/osasco/estudos/anual_2007.pdf. Acessado em 10 de fev de 2021.

FERREIRA, Erika Do Carmo Lima. **Identidade raça e representação: Narrativas de Jovens que ingressaram na Universidade De Brasília pelo Sistema de Cotas Raciais**. 01/06/2010 211 F. Tese de Doutorado Em Educação. UnB, Brasília/DF.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Record, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 75-85, ago. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 out 2020

_____, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun.2003.

_____, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, set. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 out. 2020.

_____, Nilma Lino. **Movimento negro educador: saberes contruídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. Quebrando o silêncio: resistência de professores negros ao racismo. In: SERBINO, Raquel Volpato (Org.). **A escola e seus alunos: o problema da diversidade cultural.** São Paulo: Ed. Unesp, 1995. p. 91-105.

HALL, Stuart. A identidade cultura na pós-modernidade. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

JULIO, Ana Luiza dos Santos; STREY, Marlene Neves. Negros e negras no ensino superior: singularidade para a permanência. **Revista África e Africanidades**. Ano 2, n. 5, Maio/2009. ISSN 1983-2354

JACCOUD, Luciana. **RACISMO E REPÚBLICA: O DEBATE SOBRE O BRANQUEAMENTO E A DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO BRASIL**. In .As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5605.

Acessado em: 02 ago 2020.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. katálysis**, Florianópolis , v. 10, n. spe, p. 37-45, 2007 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004&lng=en&nrm=iso>. access on 20 ago 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**: ciência e conhecimento científico; métodos científicos; teoria, hipóteses e variáveis; metodologia jurídica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 314 p

OIT: 12,6% dos jovens no mundo estavam desempregados em 2012

PENA, Mariza Aparecida Costa; MATOS, Daniel Abud Seabra; COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. Percurso de estudantes cotistas: ingresso, permanência e oportunidades no ensino superior. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 25, n. 1, p. 27-51, Apr. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772020000100027&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 Out. 2020.

PEREIRA, Amauri Mendes. Um raio em céu azul: reflexões sobre a política de cotas e a identidade nacional brasileira. **Estud. afro-asiát.**, Rio de Janeiro , v. 25, n. 3, p. 463-482, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2003000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 Oct. 2020.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. O Negro e a Universidade Brasileira. **História actual online**. Asociación de Historia Actual 200. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es>. Acessado em 03 fev 2021.

_____, Delcele Mascarenhas; Santos, Carlinda Moreira dos. **As Mulheres Negras Brasileiras e o acesso à Educação Superior**. Disponível em <https://www.revista.uneb.br>. Acessado em 19 fev 2021.

RIBEIRO, DJAMILA. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Cia das Letras, 2018.

SANTOS, Carlinda Moreira dos. **A Mulher Negra no Ensino Superior**: Trajetórias e Desafios. 01/10/2012. 215 f. Dissertação de Mestrado em Educação e Contemporaneidade. Universidade do Estado da Bahia. Salvador / Bahia.

SANTOS, GRACIELE MARQUES DOS. **Trajetórias de estudantes de classes populares em Cursos de Pedagogia da UNEMAT**: Condições de acesso. 14/02/2014. 109 f. Dissertação de Mestrado em Educação. UNEMAT. Cáceres/Mato Grosso.

SANSONE, Livio. **Negritude sem etnicidade**: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. Tradução: Vera Ribeiro. Salvador: Edufba/Pallas, 2003.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, n. 1. Julho, 2009.

SOUZA, Maria Elena Viana. Pluralismo Cultural e Multiculturalismo na Formação de Professores: espaços para discussões étnicas de alteridade. **HISTEDBR**. Campinas, n.19, set. 2005.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais.12ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2002. p.17-24.

UFRGS. **Relatório Anual do Programa de Ações Afirmativas**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/acoesafirmativas/wp-content/uploads/2019/01/Relat%C3%B3rio-Anual-do-Programa-de-A%C3%A7%C3%B5es-Afirmativas-2015.pdf>.

_____. **Relatório Anual do Programa de Ações Afirmativas**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/acoesafirmativas/wp-content/uploads/2019/01/Relat%C3%B3rio-Anual-do-Programa-de-A%C3%A7%C3%B5es-Afirmativas-2016.pdf>.

WACHHOLZ, Thais. **Identidades E NEGRITUDE NA PERSPECTIVA DE ESTUDANTES NEGROS E NEGRAS**. 30/03/2016. 151 f. Dissertação de Mestrado em Educação . Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma/SC.

ZUCCHETTI, D. T.; SANTOS, K.; LEMES, M. A.; MIRA, L. N. DE. Educação Não Escolar Em Teses E Dissertações. Diálogos Possíveis. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 11, n. 27, p. 75-94, 21 set. 2018. Acessado em 29/07/2020.